UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA

Termo de Referência 32/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2025	158565-UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA	FRANCISCO IRISTENIO SOUZA CARDOSO	12/11/2025 13:29 (v 1.6)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	9/2025	23282.021303/2024-28

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo n° 23282.021303/2024-28)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de *serviços contínuos* de tradução/interpretação simultânea de língua brasileira de sinais - libras/português (TILS)*a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de tradução /interpretação simultânea de língua brasileira de sinais - libras/português (TILS)	12637	Unidade	96	8.268,48	793.774,08

1.1.1. Entenda-se por unidade de medida a dimensão do número de postos por meses de contrato, sendo a quantidade o resultado dessa multiplicação (8 postos x 12 meses = 96 unidades)
1.1.2. O valor unitário na tabela acima representa valor mensal por posto.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como ***comum(ns),*** *conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista o disposto na Portaria Reitoria/UNILAB Nº 701, de 18 de abril de 2024, art. 1º, parágrafo único, XXXI

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]*

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 12397930000100-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 22/11/2024;

III) Id do item no PCA: 84;

IV) Classe/Grupo: 839 - OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS [...];

V) Identificador da Futura Contratação: 158565-9/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho a seus empregados;

4.1.2. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços; e

4.1.3. Promover curso/treinamento de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de riscos aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela

caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento)

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. [A12]

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial[A14].

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.17.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.17.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.21. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Inserção de mulheres em situação de violência doméstica

4.22. Para fins de cumprimento ao disposto no Decreto 11.430 de 8 de março de 2023, a contratada deverá envidar esforços para a alocação de mulheres vítimas de violência doméstica.

4.22.1. O percentual mínimo a ser alocado deverá se de no mínimo 12,5%, o que corresponde a um posto de trabalho.

4.22.2. Para fins de cumprimento do disposto neste tópico, a empresa deverá solicitar informações a Secretaria das Mulheres, conforme disposto no Acordo de Cooperação Técnica nº 32/2025, disponível em https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/estados-parceiros/acordos-e-planos/ce/sei_49362392_acordo_de_cooperacao_tecnica_33.pdf

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: *10* dias *da assinatura do contrato*.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 A rotina de trabalho ocorrerá durante o horário de funcionamento da instituição, sendo realizado em dupla entre os colaboradores nos casos em que o evento ou tarefa exceder uma hora de duração.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Campus das Auroras: R. J. F. de Oliveira, s/n - Cj. Ant. Bonfim - CEP: 62.790-000 - Redenção/CE - Brasil.

5.2.2. Campus da Liberdade: Av. da Abolição, 3 - Centro - CEP: 62.790-000 - Redenção/CE - Brasil.

5.2.3. Unidade Acadêmica de Palmares: Rodovia CE 060, Km 51 - CEP: 62.785-000 - Acarape/CE - Brasil.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. das 8h às 22h, respeitando-se a carga horária estabelecida nas legislações trabalhistas para cada profissional alocado em posto de trabalho de 30h semanais. Os turnos de trabalho poderão ser distribuídos da seguinte forma: das 8h às 14h, das 12h às 18h, e das 16h às 22h.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas descritas descritas na seção 4.7 dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a esse TR.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:[A7]

5.5.1. Necessidade de atendimento aos pressupostos legais estabelecidos, em especial no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 de modo a garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento,por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa.; [...];

5.5.2. De acordo com o estabelecido na Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, e com o planejamento estabelecido nos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a este TR, o perfil profissional necessário dos postos de trabalho a serem alocados pela Contratada é o seguinte:

a. *Diploma de Curso Superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras Língua Portuguesa, realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e experiência comprovada de no mínimo 2 (dois) anos como TILS no contexto educacional e/ou;*
b. *Diploma de Curso Superior na área de Letras, realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), Certificado de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras - Nível Superior(PROLIBRAS Exame vitalício Nacional realizado pelo MEC) ou Declaração Nível 1 emitido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), e Experiência comprovada de no mínimo 3 (três) anos como TILS no contexto educacional e/ou;*
c. *Diploma de Curso Superior em qualquer área, realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), Certificado de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras - Nível Superior (PROLIBRAS Exame vitalício Nacional realizado pelo MEC) ou Declaração Nível 1 emitido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), e Experiência comprovada de no mínimo 3 (três) anos como TILS no contexto educacional.*
d. *Os perfis pessoais e competências correlatas estão pormenorizadas nos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a este TR.*

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.7. *Não será exigido fardamento, entretanto os funcionários devem apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função e devidamente identificado, atentando-se para as regulamentações de trajes para frequência dos laboratórios da instituição;*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II deste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos;

6.16.2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas,falhas e irregularidades constatadas e

6.16.3. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.16.4. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada;

6.16.5. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.16.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

6.16.7. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada;

6.16.8. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

6.16.9. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133 /2021. (IN05/17 – art. 62);

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.[A4]

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

Fiscalização Administrativa

6.29. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.30. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.31. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando[A5] -se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.32. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.32.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.32.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.32.1.1.1.relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.32.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.32.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.32.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.32.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.32.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.32.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.32.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.32.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.32.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.32.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.32.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.32.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.32.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.32.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974[A6] .

6.32.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.32.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.32.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.32.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.32.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.34. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.35. A cada período de 12 meses[A8] de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.36. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.37. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.38. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.39. No caso de sociedades diversas[A9] , tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.40. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.41. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.43. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.44. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.45. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.46. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.47. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.48. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.49. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.50. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.51. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.52. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.53. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.54. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.54.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.54.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.[A10]

6.55. As compensações de jornada limitam-se:

6.55.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.55.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.56. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

6.57. Cabe ao gestor do contrato:

6.57.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.57.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.57.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.57.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.57.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.57.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.57.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.57.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.57.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.57.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A11]

6.58. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição[A3] da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Somente comporão as planilhas mensais de medição/faturamento os quantitativos de Postos de Trabalho efetivamente alocados na execução contratual durante o período de aferição;

7.4.2. Eventuais profissionais repositores de funcionários ausentes não serão considerados, para fins de medição, como 'profissionais adicionais', tendo em vista que os valores referentes a tal rubrica já constam do Módulo XX da Planilha de Custos e Formação de Preços e

7.4.3. Em se tratando de benefícios legalmente previstos, os valores a serem pagos à Contratada serão condicionados à comprovação de que a empresa, de fato, quitou sua parcela de custeio do benefício a que está obrigada e tão somente referente aos empregados beneficiários;

7.4.4. No caso dos Benefícios Diários: comporão a planilha de medição mensal os quantitativos de Auxílio-Transporte e Auxílio-Refeição correspondentes aos dias efetivamente trabalhados pelos colaboradores que tenham prestado serviços no período;

7.4.5. No caso de Plano de Saúde: o valor correspondente a tal benefício somente será incluído na planilha de medição caso o colaborador tenha aderido ao mesmo, devendo a empresa fornecer, para fins de comprovação, a respectiva apólice;

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE - Índices de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

> 7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

> 7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
>
> 7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

> 7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, Observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja[A18] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.47. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.48. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.49. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.50. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE - Índices de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula [A19] :

$R = V (I – I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.51. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.52. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.53. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.54. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.55. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.56. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.57. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.58. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.59. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.60. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.61. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.62. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [**indicar o prazo]**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.63. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.64. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.65. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.66. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.67. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A20] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.68. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.68.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento[A21] .

Cessão de Crédito

7.69. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A28]

7.69.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.69.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.69.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos,

incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.69.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A29]

7.70. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A30]

Conta-Depósito Vinculada

7.71. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.72. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.73. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.74. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.75.O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.76. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.76.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.76.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.76.3. Multa sobre o FGTS; e

7.76.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.77. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.78. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.79. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.80. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.81. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.82. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.83. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.84. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES /MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de ***0,2% (dois décimos percentuais)*** *por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco)dias.*

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “****e****” a “****h****” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

*8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "**c**", de **0,5% (cinco décimos percentuais) a 30% (tinta por cento)** do valor da contratação.*

*8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**b**", de **0,5% (cinco décimos percentuais) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

*8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de **0,5% (cinco décimos percentuais) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

*8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**a**", de **0,5% (cinco décimos percentuais) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no(a) pesquisa de mercado utilizado(a) como paradigma:

a) salário-base, no valor de R$ 3.315,20;

9.3.1 Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.3.3. Os valores orçados pela Administração constam do Mapa de Preços, anexo a este TR

Exigências[A8] de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais,* já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

$$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{}$$

$$LG = \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.24.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo V deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos[A19] :

9.27.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.27.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica[A20]

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.2.1. Serão aceitos atestados referentes a terceirização (cessão) de mão de obra que não sejam necessariamente de serviços idênticos ao objeto da presente contratação, desde que compatíveis em níveis de escolaridade, ou seja, a empresa poderá apresentar atestados relativos ao gerenciamento de mão de obra cuja escolaridade exigível seja de no mínimo, nível superior em qualquer área de conhecimento.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A32]

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R$ 793.774,08 (setecentos e noventa e três mil, setecentos e setenta e quatro reais e oito centavos) conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 158565;

II) Fonte de recursos: 1000;

III) Programa de trabalho: 231895/231898;

IV) Natureza de despesa: 339039; e

*V) Plano interno: **VLINGN99TIN**.*

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

1.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

Não se aplica ao objeto

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se aplica ao objeto

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

FRANCISCO IRISTENIO SOUZA CARDOSO

Membro da Equipe de Planejamento

Assinou eletronicamente em 12/11/2025 às 13:29:08.

Documento assinado digitalmente
gov.br
ROBSON DE MORAES ALVES
Data: 12/11/2025 16:33:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ROBSON DE MORAES ALVES

Membro da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
gov.br
FABIO FERNANDES TORRES
Data: 12/11/2025 13:36:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FABIO FERNANDES TORRES

Membro da Equipe de Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ESTUDOS TECNICOS PRELMINARES.pdf (166.3 KB)
- Anexo II - INSTRUMENTOS DE MEDICAO DE RESULTADO - IMR.pdf (286.41 KB)
- Anexo III - MAPA COMPARATIVO.pdf (83.47 KB)
- Anexo IV - PLANILHA DE CUSTOS.pdf (107.42 KB)
- Anexo V - DEC. CONTRATOS.pdf (105.26 KB)

ANEXO I

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Estudo Técnico Preliminar 12/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23282.021303/2024-28

2. Descrição da necessidade

Há a necessidade de atender às demandas institucionais de interpretação simultânea (de cerimônias, seminários, congressos, aulas ministradas por docente e/ou convidado(a) surdo(a), aulas ministradas por docentes falantes/ouvintes para discentes surdos); de tradução (de editais, de informativos institucionais, da página oficial da instituição na Internet); de acompanhamento de discentes surdos a atendimentos na área da saúde ofertados pela Instituição e de oferta de atividades extensionistas de ensino de Libras ao corpo de servidores da Unilab. Para todas as demandas institucionais inerentes à garantia do Direito Linguístico da pessoa surda, a Unilab dispõe de um quadro formado por apenas três servidores concursados.

Após levantamentos iniciais do quantitativo de docentes e discentes que reivindicam essa demanda, foi identificada insuficiência desses profissionais no quadro de pessoal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

O pleito aqui apresentado justifica-se na própria legislação brasileira pertinente ao tema inclusão da pessoa surda no sistema de ensino brasileiro. Esse arcabouço legislativo é constituído por vários documentos, tais quais os seguintes:

BRASIL. Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002 /l10436.htm

BRASIL. Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n o 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005 /decreto/d5626.htm

BRASIL. Lei Federal 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br /ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei /l12319.htm

BRASIL. DECRETO Nº 9.656, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9656.htm

Destacamos, alguns excertos do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (com as alterações do DECRETO Nº 9.656, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018):

Art.23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art.26. O Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º Para garantir a difusão da Libras, as instituições de que trata o caput deverão dispor de, no mínimo, cinco por cento de servidores, funcionários ou empregados com capacitação básica em Libras.

§ 2º Para garantir o efetivo e amplo atendimento das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, o Poder Público, as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, poderão utilizar intérpretes contratados especificamente para essa função ou central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com intermediação por meio de recursos de videoconferência on-line e webchat , à pessoa surda ou com deficiência auditiva.

Art.28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Documento na íntegra, do qual o excerto acima foi extraído, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

O **Decreto nº10.185, de 20 de dezembro de 2019** extinguiu 313 cargos efetivos dos quadros de pessoal da administração pública federal, vedando **a abertura de concurso público** e o provimento de vagas adicionais para esses cargos extintos. Entre esses, está o cargo TRADUTOR INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS, código 701266. No anexo III, do supracitado decreto, intitulado CARGOS PARA OS QUAIS FICAM VEDADOS A ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO E O PROVIMENTO DE VAGAS ADICIONAIS EM RELAÇÃO AO PREVISTO EDITAL, lemos:

DENOMINAÇÃO DO GRUPO	CÓDIGO	NOME DO CARGO
PLANO DE CARREIRAS DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO - PCCTAE	701266	TRADUTOR INTÉRPRETE DE LINGUAGEM SINAIS

https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.185-de-20-de-dezembro-de-2019-234755397

Tendo em vista o **Decreto nº10.185, de 20 de dezembro de 2019**, que inviabiliza a abertura de concurso público para o cargo de “intérprete de linguagem de sinais”, mas partindo do princípio a inclusão da pessoa surda no sistema de ensino permanece vigente na legislação brasileira, não há outro expediente legal para fazer cumprir essa legislação que não seja o expediente da ***CONTRATAÇÃO***.

A *Lei nº 8.745, de 1993 (disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8745-9-dezembro-1993-363171-publicacaooriginal-1-pl.html), que* dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, prevê, em seu artigo 2º, hipóteses para contratações, entre as quais:

> XII - admissão de profissional de nível superior especializado para atendimento a pessoas com deficiência, nos termos da legislação, matriculadas regularmente em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior nas instituições federais de ensino, em ato conjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Educação.

O pleito apresentado nesta nota técnica, portanto, está enquadrado em hipótese prevista *no* ***art. 2º da lei nº 8.745, de 1993****.*

Dado o respaldo jurídico do pleito, passamos à descrição dos objetivos e metas:

Objetivos:

1.**Proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais.**

Metas:

Dar suporte a discentes surdos/as **nas aulas dos cursos** aos quais se encontram matriculados/as.

Dar suporte a discentes surdos/as **nas atividades extraclasse** constitutivas do processo formativo próprio aos cursos em que se encontram matriculados/as.

Dar suporte a discentes surdos/as quanto ao **acesso às informações institucionais** disponibilizadas em mídias sociais pela Unilab.

2.**Formar, capacitar e qualificar professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.**

Metas:

Elaborar e realizar formações para o quadro de pessoal da Unilab a fim de preparar os servidores para comunicação efetiva por meio da Língua Brasileira de Sinais.

Fomentar eventos e atividades de incentivo à difusão e utilização da Língua Brasileira de Sinais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os profissionais que irão compor a força de trabalho da contratada em questão, deverão ser rigorosamente selecionados e contratados pela **CONTRATADA**, a qual ficará, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o **CONTRATANTE** e terceiros, pelos atos por eles praticados no desempenho de suas funções.

4.2. O fornecimento dos serviços solicitados será realizado **por posto**, na modalidade presencial ou remota.

4.3. Todos os profissionais contratados pela empresa deverão possuir os seguintes pré- requisitos:

4.3.1. cursos mínimos exigidos para cada função desempenhada, conforme a necessidade de cada cargo;

4.3.2. Ter idade mínima de 18 anos completos;

4.3.3. Comprovar inexistência de antecedentes civil e criminal;

4.3.4. Possuir noções de informática;

4.3.5. Ter boa comunicação verbal.

4.4. Todos os profissionais devem demonstrar as seguintes capacidades:

4.4.1. Redação própria e caligrafia legível;

4.4.2. Polidez e proatividade no atendimento;

4.4.3. Auto-organização e Iniciativa;

4.4.4. Comunicabilidade;

4.4.5. Criatividade prezando os princípios da responsabilidade e moralidade;

4.4.6. Cortesia e o bom relacionamento interpessoal;

4.4.7. Responsabilidade;

4.4.8. Dinamismo;

4.4.9. Equilíbrio emocional;

4.4.10. Trabalho em equipe;

4.4.11. Agir com bom senso;

4.4.12. Relacionar-se com superiores e subordinados;

4.4.13. Manter-se atualizado tecnicamente;

4.4.14. Comunicar-se com eficiência;

4.4.15. Demonstrar educação;

4.4.16. Manter postura;

4.4.17. Demonstrar honestidade;

4.4.18. Demonstrar asseio;

4.4.19. Demonstrar atenção;

4.4.20. Demonstrar espírito de equipe;

4.4.21. Demonstrar paciência;

4.4.22. Manter autocontrole;

4.4.23. Organização;

4.4.24. Demonstrar prestatividade;

4.4.25. Manter sigilo quanto aos casos atendidos.

4.5. A **CONTRATADA** deverá aplicar demais cursos que julgar necessário ao bom desempenho do serviço, bem como zelar para que seus empregados observem o uso obrigatório de EPI – Equipamento de Proteção Individual, quando for necessário;

4.6. É exigência das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego que os serviços sejam prestados por profissionais capacitados;

4.7. Além das tarefas e atividades previstas para cada Cargo/Função, os profissionais que atuarão na prestação do serviço contratado deverão cumprir com as seguintes obrigações:

FUNÇÃO: Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa – TILS
FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA: Diploma de Curso Superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa, realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e experiência comprovada de no mínimo 2 (dois) anos como TILS no contexto educacional e/ou; Diploma de Curso Superior na área de Letras, realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), Certificado de Proficiência em Tradução e

Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras - Nível Superior (PROLIBRAS - Exame vitalício Nacional realizado pelo MEC) ou Declaração Nível 1 emitido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), e Experiência comprovada de no mínimo 3 (três) anos como TILS no contexto educacional e/ou;

Diploma de Curso Superior em qualquer área, realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), Certificado de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras - Nível Superior (PROLIBRAS - Exame vitalício Nacional realizado pelo MEC) ou Declaração Nível 1 emitido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), e Experiência comprovada de no mínimo 3 (três) anos como TILS no contexto educacional.

COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES:

1. Ouvinte com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas (Libras e Língua Portuguesa), de maneira simultânea, intermitente e consecutiva;
2. Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdo e surdo, surdo e surdos cegos, surdos cegos e ouvintes, por meio das libras para a língua oral e vice-versa;
3. Interpretar, em língua brasileira de sinais – Língua Portuguesa, traduzir e interpretar artigos, livros, bem como traduzir e interpretar palavras, palestras, conversações narrativas, ,atividades didáticos pedagógicos e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
4. Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e atividades-fim da instituição de Ensino;
5. Atuar nos processos seletivos para os cursos nesta instituição de ensino e nos concursos públicos;
6. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
7. Interpretar eventos institucionais , presenciais/virtuais, no sentido de promover a acessibilidade.
8. Participar ativamente das reuniões que possuam pessoas surdas, mantendo o diálogo direto com os professores das disciplinas nos planejamentos das aulas.
9. Traduzir/Interpretar aulas e atendimentos presenciais/remotos intermediando a interação entre os alunos surdos e os professores ouvintes.
10. Promover e participar de grupos de estudo e de trabalho sobre a atuação do profissional tradutor/intérprete educacional de Libras/Língua Portuguesa.
11. Propiciar tempo de atendimento e de estudo junto às demandas dos alunos surdos.
12. Traduzir, quanto solicitado pelo aluno e/ou professor, material didático/textos utilizados nas disciplinas.
13. Acompanhar os professores surdos de acordo com a carga horária de suas atividades laborais.

14. Realizar a mediação de uma língua para outra na modalidade sinalizada ou oral, bem como em produções escritas e/ou de áudio E vídeo, registrados para o acervo institucional público, tais como:
    a. Traduzir materiais institucionais contidos no site;
    b. Traduzir documentos institucionais de comunicação interna e externa;
    c. Traduzir editais institucionais.

Proporcionando, a todo tempo, a modalidade bilíngue para a participação do estudante, servidor, convidado externo e/ou sinalizante surdo falante da Libras.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Diante da necessidade exposta no item 2 deste Estudo Preliminar, pontua-se que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira disporia hoje, de 3 (três) soluções distintas de atendimento da demanda de oferta de profissionais especializados para atendimento à pessoa com deficiência:

5.1.1. Solução 1: Contratação de servidores efetivos do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE), por meio de concurso público;

5.1.2. Solução 2: Contratação temporária por necessidade excepcional de interesse público, de que trata o Inciso XII do Art. 2º da Lei 8.745 de 9 de dezembro de 1993, por meio de processo seletivo simplificado;

5.1.3. Solução 3: Execução indireta de que trata o Decreto 9.507 de 21 de setembro de 2018, combinado com incisos XXVI, XXXI e com o Parágrafo Único do Art. 1º da Portaria 443/MPDG de 27 de dezembro de 2018.

5.2. Acerca da possibilidade apresentada na solução 1 , observa-se que por força do Decreto 10.185 de 20 de dezembro de 2019, fora vedada a abertura de concurso e provimento de vagas adicionais além das previstas em edital dos cargos de Revisor de Textos Braille, Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais, Transcritor de Sistema Braille, entre diversos outros do PCCTAE. Da mesma forma, por força do Decreto 9.262 de 9 de janeiro de 2018, o cargo de Auxiliar em Assuntos Educacionais, bem como o de Tradutor Intérprete também tiveram provimento e abertura de concurso vedados.

5.3. Acerca da possibilidade apresentada na solução 2, cumpre inicialmente esclarecer que esta modalidade de contratação não tem sido vista pelo Ministério da Educação como a mais adequada para atender a estas demandas. Este fato pode ser evidenciado ao analisar, por exemplo, as seguintes publicações oficiais:

5.3.1. Portaria Interministerial ME/MEC nº 2.763, de 30 de janeiro de 2020, que autorizou a contratação de 16 profissionais de nível superior especializado pelo Instituto Federal de Brasília, somente devido à necessidade de cumprimento a decisão judicial identificada pelo Processo 1013901-08.2018.4.01.3400;

5.3.2. Portaria Interministerial ME/MEC nº 15.461, de 30 de junho de 2020, que autorizou a contratação de 2 profissionais de nível superior especializado pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro, somente devido à necessidade de cumprimento a decisão judicial identificada pelo Processo 1000175-82.2020.4.01.3824;

5.3.3. A ausência de posicionamento dos Ministérios da Economia e da Educação sobre a reedição da Portaria Interministerial MPDG/MEC 102 de 20 de abril de 2017, que à época, autorizava a contratação de intérpretes por até um ano, prorrogável até o limite máximo de dois anos, com fundamento na Lei 8.745 /1993;

5.4. Desta forma, é possível concluir que os próprios Ministérios da Economia e da Educação têm criado mecanismos que impossibilita a contratação de profissionais especializados para atendimento à pessoa com deficiência com fundamento no Inciso XII do Art. 2º da Lei 8.745/1993, e que esta modalidade de contratação, desde 2020, só tem sido viabilizada por meio de ações judiciais impetradas pelos estudantes.

5.5. Neste contexto, o Decreto 9.507 de 21 de setembro de 2018, estabelece em seu Art. 3º que:

> Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:
>
> I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;
>
> II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;
>
> III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e
>
> IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.
>
> § 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.
>
> § 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta.

5.6. De forma complementar, a Portaria 443/MPDG de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, regulamenta que:

> Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:
>
> …
>
> XXVI - tradução, inclusive tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras);

> ...
>
> XXXI - monitoria de inclusão e acessibilidade;
>
> ...
>
> Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

5.7. Adicionalmente, a Instrução Normativa nº 5/MPDG de 26 de maio de 2017, estabelece que:

> Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.
>
> § 1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.
>
> § 2º As funções elencadas nas contratações de prestação de serviços deverão observar a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, ou outra que vier a substituí-la.

5.8. Cumpre ainda esclarecer que esta modalidade tem sido frequentemente adotada pelos órgãos e entidades da administração pública federal e autárquica. A seguir, listam-se alguns processos licitatórios disponíveis no módulo de consulta do Portal de Compras do Governo Federal, cujo objeto era a contratação de Tradutor/Intérprete de Libras, CBO 2614-25, bem como de outros profissionais para atendimento educacional especializado:

> 5.9.1. Pregão Eletrônico nº 1.714/2021 da UASG 158154 (Instituto Federal de São Paulo), com o objeto "Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Tradutor e Intérprete de Libras para o Campus Campinas";
>
> 5.9.2. Pregão Eletrônico nº 2/2020 da UASG 155081 (Instituto Federal Farroupilha), com o objeto "Contratação de Pessoa Jurídica Especializada na Prestação de Serviços de Tradutor/Intérprete de Libras";
>
> 5.9.3. Pregão Eletrônico nº 4/2020 da UASG 150148 (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), com o objeto "registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de natureza contínua de Tradutor e Intérprete de Libras da UTFPR Câmpus Londrina na modalidade SRP";
>
> 5.9.4. Pregão Eletrônico nº 37/2020 da UASG 154047 (Universidade Federal de Pelotas), com o objeto "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de promoção à acessibilidade e inclusão, contemplando os cargos de tradutor intérprete de libras e psicopedagogo com dedicação exclusiva de mão de obra";
>
> 5.9.5. Pregão Eletrônico nº 11/2020 da UASG 153030 (Universidade Federal de Itajubá), com o objeto "Registro de Preços para contratação de

pessoa jurídica, especializada em serviços de tradução e interpretação de Libras para os campi da UNIFEI-Itajubá/Itabira - ano 2020";

5.9.6. Pregão Eletrônico nº 3/2020 da UASG 158398 (Instituto Federal do Paraná - campus Paranavaí), com o objeto "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de apoio às atividades operacionais para prestação de serviços de natureza contínua de Cuidador em Saúde, CBO 5162-20;

5.10. Por fim, destacamos que o Ministério da Economia, em 23 de abril de 2021, abriu Consulta Pública no sentido de analisar a possibilidade de contratação centralizada de serviços de acessibilidade. Observa-se no Estudo Técnico Preliminar 4/2021/SG/SE, que está sendo desenvolvida a contratação de profissionais Tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais (CBO 2614-25), Guia intérprete (CBO 2614-25) e Audiodescritor (CBO 2614-30), restando demonstrado que esta modalidade de contratação vem sendo a mais frequentemente adotada pela administração pública federal e autárquica para viabilizar o atendimento às pessoas com deficiência.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A opção escolhida como a mais viável e possível, para o momento, é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de promoção à acessibilidade e inclusão, contemplando os cargos e quantidades descritos na tabela a seguir:

Item	Descrição	Unidade de medida
1	Contratação de profissional para Tradução /Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (CBO 2614-25)	Posto 30 horas

6.2. Vale ressaltar, porém, que a terceirização dos referidos serviços NÃO é o meio mais adequado para atingirmos a meta desejada, pois tais serviços necessitam ser incluídos em processos seletivos de caráter efetivo, para que o atendimento às pessoas com deficiência do Instituto seja uma realidade permanente na instituição. Mas, enquanto isto não é possível, os serviços terceirizados são uma forma de atendimento aos princípios da economicidade e eficiência, com um elevado padrão na satisfação do interesse público, visto que a prática dos profissionais contratados será acompanhada criteriosamente, assim como a dos servidores efetivos no exercício de suas funções públicas;

6.3. Os profissionais prestarão os serviços por posto de 30 horas semanais distribuídos nos três turnos de funcionamento da Unilab, conforme demanda específica de campus.

6.3.1. A atividade de Tradução/Interpretação de Libras-Língua Portuguesa, será desempenhada, prioritariamente em dupla, com revezamento de 20 (vinte)

minutos para cada intérprete, sempre que a atividade for superior a 20 (vinte) minutos.

6.3.2. Após o término de uma atividade interpretativa com duração total igual ou superior a duas horas, o intérprete de Libras deverá dispor de um intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos para poder iniciar um novo atendimento.

6.3.3. Cabe ao Tradutor e Intérprete de Libras/LP-TILS examinar a situação comunicativa e escolher as melhores estratégias que deverão compor a interpretação, assegurando-lhe sua autonomia decisória no exercício da interpretação/tradução.

6.4. Conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, Anexo V-B, o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) será utilizado como mecanismo para definição, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.

6.4.1. A fiscalização técnica do Contrato, designada por meio de Portaria, será responsável pela avaliação constante da execução do objeto, utilizando o IMR e redimensionando o pagamento com base nos indicadores estabelecidos, se for o caso.

6.4.2. Por fim, destacamos que o Instrumento de Medição de Resultados será parte integrante do Termo de Referência.

6.5. A Contratação de técnicos especializados de nível superior profissional tradutor /intérprete de libras/português (TILS) para interpretação/tradução simultânea para dar suporte a discentes e docentes em atividades intra e extra classe tem natureza contínua com dedicação exclusiva de mão de obra, por tratarem-se de atividades permanentes da instituição.

6.5.1. Será contratado na quantidade conforme especificado na seção Estimativa das Quantidades por 12 meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

6.6. O regime de execução dos serviços será a Empreitada por Preço Global;

6.6.1. Justifica-se a adoção de tal regime pelo fato de se possuir precisão quanto aos quantitativos totais a serem efetivamente executados uma vez que se pretende contratar mão-de-obra com exclusividade, considerando que os quantitativos estão previamente definidos e com pagamento mensal à futura contratada;

6.6.2. O pagamento dos serviços estará condicionado à realização de medições mensais, a fim de quantificar o que foi efetivamente executado, bem como os correspondentes valores devidos;

6.6.2.1. Tal metodologia de medição se aplicará, inclusive, a itens relativos a benefícios e demais verbas eventualmente percebidas pelos colaboradores vinculados à execução dos serviços, tal como Auxílio-Transporte, sendo medidos apenas os quantitativos efetivamente devidos.

6.7. O mecanismo de controle a ser utilizado para garantia do pagamento de obrigações trabalhistas pela Contratada aos colaboradores será a Conta-Depósito Vinculada.

6.7.1. Justifica-se a escolha da Conta-Depósito Vinculada pelo fato de a operacionalização da mesma ser mais simples em relação ao Pagamento pelo Fato Gerador;

6.7.2. Além disso, a utilização do Pagamento pelo Fato Gerador pode não ser considerada ideal pelo fato de que tem havido, nos últimos anos, considerável flutuação dos valores de dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de despesas discricionárias (de custeio) no âmbito da instituição, sendo que, ao término de Contratos executados mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deverá ser realizado, pela empresa eventualmente contratada, o pagamento de verbas rescisórias, o que implicará em aumento vultoso, no último mês de prestação, dos valores a serem medidos pela prestação dos serviços;

6.7.3. No caso da Conta-Depósito Vinculada, os valores referentes a eventuais rescisões dos Contratos de trabalho dos colaboradores serão medidos mensalmente e depositados na referida conta, somente sendo liberados em caso de solicitação da empresa, a qual deverá comprovar o pagamento das verbas devidas aos funcionários alocados.

6.7.4.Não será exigido fardamento, entretanto os funcionários devem apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função e devidamente identificado, atentando-se para as regulamentações de trajes para frequência dos laboratórios da instituição;

6.8. De acordo com o inciso XIII e XLI, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, o objeto a ser contratado é considerado comum, visto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais no mercado.

6.9 Para a elaboração deste estudo houve tentativa de consulta ao catálogo eletrônico de padronização, em atendimento ao § 1º, do art. 40, da Lei nº14.133/2021, entretanto o item não foi localizado no referido catálogo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade demandada, descrita na tabela abaixo, baseia-se no fato de que os intérpretes de LIBRAS na Instituição terão a função de traduzir editais, realizar a interpretação de LIBRAS em eventos e solenidades institucionais, além de interpretar o conteúdo nas disciplinas de graduação (e.g. LIBRAS) e prover o suporte didático em atividades de pesquisa e extensão dos docentes e discentes que requerem esse serviço de acessibilidade. O acompanhamento das disciplinas de LIBRAS requerem dois profissionais junto às seis componentes ofertadas, que juntas quantificam 24h de aula por semana. Tais componentes são ofertadas regularmente nos turnos da tarde e noite. Somada a carga-horária de sala de aula, há também o acompanhamento em atividades de pesquisa e extensão desses docentes, que requer mais 10 horas de acompanhamento segundo Resolução complementar CONSEPE/UNILAB n.2, de 16 de julho de 2021, que define os critérios de distribuição da carga-horária de atividades da carreira do magistério superior.

7.2. A demanda de acompanhamento discente apresenta um fluxo mais instável, pois depende da regularidade do discente e seu rendimento acadêmico. Regularmente os discentes são matriculados nos turnos de seus cursos preenchendo as 20 horas do turno, podendo ocorrer uma distribuição entre mais turnos.

7.3. As solenidades e eventos na universidade que demandam interpretação, também, apresentam demandas irregulares e sazonais, mas contabilizando as solicitações realizadas desde 2020, podemos afirmar que houve pelo menos duas solicitações por mês dentro de um semestre. Esse fluxo sazonal tem se mostrado mais exigente no segundo semestre do ano, já apresentando uma demanda de 8 solicitações de intérpretes de Libras em dois meses com uma exigência de acompanhamento de 2h para cada encontro. Tais demandas contabilizam em média 8 horas de acompanhamento para solenidades e eventos.

Item	CATSER	Descrição/Especificação	Unid. de Medida	Quant.
1	12637	Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais	Unidade (Posto)	8

7.4. Os processos de solicitação de serviço de tradução e interpretação em LIBRAS teve seu fluxo regularizado via sistema SEI desde agosto de 2020. Cada processo de solicitação de serviço gera um formulário de solicitação que é compartilhado com o gerenciamento de distribuição dos serviços de interpretação/tradução em LIBRAS.

7.5. Ademais, justifica-se a quantidade de postos dispostos nesta seção pelas seguintes razões:

a. A Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023, que instituiu a Regulamentação da Lei do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), estabelece que os intérpretes de Libras

devem trabalhar em regime de revezamento, em dupla. Essa medida visa garantir a qualidade do serviço prestado, bem como a saúde e o bem-estar dos intérpretes.

b. Na prática, isso significa que 8 intérpretes de Libras na realidade são 4 grupos de trabalho, cada um com 2 intérpretes. Esses grupos de trabalho são distribuídos nos 3 turnos de trabalho da instituição, com concentração no turno da tarde, onde há maior demanda.

c. O turno da tarde concentra a maior parte das aulas e dos eventos acadêmicos, culturais e sociais, pois é o turno de interstício, onde são ofertadas também as componentes optativas dos cursos matutinos e noturnos. Por isso, a Unilab deve concentrar a maior parte dos intérpretes de Libras nesse turno.

d. A estimativa baseia-se na necessidade de que se tenha pelo menos um grupo no turno matutino e um no turno noturno, mantendo-se dois grupos no turno vespertino pelas razões acima expostas.

e. A distribuição dos intérpretes de Libras em 4 grupos de trabalho, cada um com 2 intérpretes, permite que eles tenham tempo para descansar e se preparar para as atividades do próximo turno. Isso é importante para garantir a qualidade do serviço prestado e a saúde e o bem-estar dos intérpretes.

f. A contratação de intérpretes de Libras é uma medida fundamental para garantir o cumprimento das normativas legais impostas pelo estatuto da pessoa com deficiência colocadas na Lei nº 13.146/2015 e na Política de Inclusão e Acessibilidade na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), previstas na Resolução CONSUNI/UNILAB nº 55, de 16 de dezembro de 2021.

g. A Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, garante o direito de acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os serviços e espaços públicos. Nesse sentido, os documentos públicos devem estar acessíveis em Libras, a fim de garantir o acesso comunicacional por pessoas surdas.

h. A Lei nº 13.146/2015 também garante a presença de intérpretes em sala de aula para estudantes surdos e com deficiência auditiva. O intérprete é o profissional responsável por realizar a tradução simultânea do conteúdo das aulas para Libras.

i. Sendo assim, para além das demandas fixas (em sala de aula), a Unilab também precisa atender a outras demandas eventuais, como eventos acadêmicos, palestras, reuniões, entre outros. Nesse sentido, a contratação de 8 (oito) intérpretes de Libras é essencial para garantir o acesso e a permanência de estudantes surdos e com deficiência auditiva em todos os serviços e atividades da instituição, como prever a Política de Inclusão e Acessibilidade na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), previstas na Resolução CONSUNI/UNILAB nº 55, de 16 de dezembro de 2021.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 5.673,33

8.1. A partir de pesquisa preliminar de valores e consoante os quantitativos estimados, conforme seção nº 07, foi possível estimar o valor total estimado da contratação, de R$ 544.639,68 (quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos), detalhado na tabela abaixo:

CATSER	SERVIÇO	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
12637	Intérprete/Tradutor de Libras	5.673,33	8	45.386,64	544.639,68
Valor Total:				544.639,68	

8.2. A obtenção do custo estimado para a contratação foi obtido tendo por base a média dos salários encontrados em processos de licitação análogos, resguardada a proporcionalidade em relação à carga horária.

8.3. Considerando que não será exigido uniforme dos funcionários da contratada, os valores referentes a insumos restringiram-se ao item crachá de identificação.

8.4. Os valores referentes a custo indireto e lucro foram obtidos com base em propostas realizadas por empresas em processos de licitação cujo objeto seja o fornecimento e/ou gerenciamento de mão de obra.

8.5. O valor previsto a título de vale transporte, foi obtido baseando-se no deslocamento Fortaleza-Redenção com as empresas de transporte intermunicipais, objetivando garantir a cobertura do deslocamento eventualmente exigido, dada as exigências para preenchimento do cargo descrito na seção 4 deste documento.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme o Artigo 47, inc II da Lei 14.133/2021 as licitações de serviço deverão atender ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. Entretanto, no caso concreto, pode-se observar que o objeto não é divisível o que torna tecnicamente inviável o parcelamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Demanda encontra-se prevista em Plano de Contatações vigente (https://unilab.edu.br/plano-anual-de-contratacoes/):

- **Link:** https://pncp.gov.br/app/pca/12397930000100/2025/1
- **Id pca PNCP:** 12397930000100-0-000001/2025
- **Data de publicação no PNCP:** 22/11/2024
- **Id do item no PCA**: 84
- **Classe/Grupo**: 839 - OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS
- **Identificador da Futura Contratação**: 158565-9/2025

11.211.2. A presente contratação encontra-se alinhada com o Planejamento Diretor de Logística Sustentável – PLS (2024-2026), aprovado pela RESOLUÇÃO CONSUNI/UNILAB Nº 151, DE 19 DE AGOSTO DE 2024, no qual estão estabelecidas as diretrizes estratégicas das contratações e da logística no âmbito da Unilab, e que prevê, entre uma de suas diretrizes estratégicas a "Capacitação dos agentes públicos envolvidos nos processos de contratação, proporcionando maiores conhecimento e especialização desses servidores no âmbito dos critérios e práticas de sustentabilidade".Mostrar menos

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação de TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NÍVEL SUPERIOR PROFISSIONAL TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS/PORTUGUÊS (TILS) trará benefícios para a instituição contribuindo para a adequada execução de suas atividades de Ensino, pesquisa e extensão envolvendo discentes surdos, por meio da correta utilização de recursos humanos, materiais e financeiros.

12.2 São benefícios esperados com a presente contratação:

a. Com a contratação espera-se que seja efetivada uma educação inclusiva e acessível a todos, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 e as demais legislações referentes à acessibilidade e inclusão dos alunos com necessidades específicas.

b. Ainda, após a execução dos serviços, almeja-se a adequação das condições de aprendizagem dos discentes da Unilab que possuem algum tipo de deficiência, ampliando assim a probabilidade de sua permanência na instituição e consequentemente a conclusão do curso.

c. Promoverá, ainda , o fortalecimento da estrutura para o acolhimento de qualidade a essas demandas específicas.

d. Por fim, consolidará a imagem institucional de responsabilidade social e propiciará o cumprimento da legislação relacionada ao tema.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a plenitude da solução a ser contratada, faz-se necessária a capacitação do (s) servidor(es) envolvidos no processo de gestão e fiscalização em curso de capacitação para essa finalidade específica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Foi realizada consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU (por meio do link https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf) não tendo sido localizado impactos ambientais que possam ocorrer em decorrência da pretensa contratação.

14.2 Também não se vislumbra legislação específica que trate do tema voltado ao objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é totalmente viável com objetivo de promover o atendimento a legislação pertinente citada anteriormente.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

EVELINE CYNTIA MONTEIRO DA SILVA ALCANTARINO

Agente Administrativo

Assinou eletronicamente em 26/02/2025 às 16:08:21.

TIAGO MARTINS DA CUNHA

Agente de contratação

Assinou eletronicamente em 26/02/2025 às 16:28:50.

ANEXO II

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-000
Telefone: (85) 3332-6242 - http://www.unilab.edu.br/

ANEXO II – TR 32/2025
INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no ANEXO V-B, da IN nº 05/2017 para a avaliação da qualidade do serviço. A Fiscalização Técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2. OBJETIVOS A ATINGIR

2.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas neste Instrumento, de forma contínua e com elevados níveis de qualidade, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização do Instituto, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

3. FORMA DE AVALIAÇÃO

3.1. Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

3.2. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.3. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que

poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

4. SANÇÕES

4.1. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

4.2. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

4.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

4.4. O IMR será implementado a partir da primeira medição a partir da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados. Para consecução destes objetivos deverá ser adotada as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos indicadores abaixo.

4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

4.6 A depender da abrangência da ocorrência, a mesma poderá ser pontuada, simultaneamente, em mais de um item do IMR mensal, sujeitando a CONTRATADA às respectivas glosas e sanções. O somatório das glosas mensais fica limitadas ao percentual de 10% (dez por cento) das medições, estando, contudo, a CONTRATADA sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis.

4.7 Para efeito de cálculo de Glosas, salvo se orientado de maneira específica nos quadros de indicadores do IMR, quando a referência para o cálculo for o valor da Medição Mensal, considerar-se-á o valor da medição

correspondente à data da ocorrência do fato apontado. Quando não for possível afirmar tal data, considerar-se-á a data da constatação pela Fiscalização da CONTRATANTE.

5. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

5.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

5.2. Para tanto, serão cinco indicadores distintos que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	
CONFORME ANEXO V-B da IN 05/2017 - SEGES/MPDG	
PROCESSO 23282.001666/2023-66 - PE __/_	
INDICADORES	
1	Tempo de resposta às solicitações da Contratante
2	Cumprimento de atividades e rotinas
3	Pagamento/recolhimento de obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias
4	Prazo de reposição de profissional em caso de ausência
5	Envio de documentação comprobatória da execução dos serviços

Indicador		
Nº 01 - Tempo de resposta às solicitações da Contratante		
Item	**Descrição**	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas ao prazo de atendimento às solicitações (de informações/esclarecimentos) realizadas pela Contratante.	
Meta a Cumprir	Realizar o atendimento às solicitações da Contratante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do envio da comunicação.	
Instrumento de Medição	Comunicações enviadas/recebidas (e-mail's, ofícios etc).	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Técnico do Contrato, do prazo de atendimento às solicitações da Contratante.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências, no mês, relacionadas a atraso de atendimento/resposta às solicitações da Contratante = Y.	
Início da vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço pela Contratante.	
Faixa de Ajuste no Pagamento	02 ≤ Y ≤ 04	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	04 < Y ≤ 06	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	Y > 06	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no

		período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/MP nº 05/2017.	

Indicador		
Nº 02 - Cumprimento de atividades e rotinas		
Item	**Descrição**	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências do Termo de Referência relacionadas ao cumprimento de atividades e rotinas previstas para execução pelos profissionais alocados na execução contratual.	
Meta a Cumprir	100% de atendimento às exigências do Termo de Referência relacionadas ao cumprimento de atividades e rotinas previstas para execução pelos profissionais alocados na execução contratual.	
Instrumento de Medição	Verificações *in loco* e comunicações enviadas/recebidas.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Técnico do Contrato, da quantidade de ocorrências relacionadas ao não cumprimento de atividades e rotinas previstas para execução pelos profissionais alocados na execução contratual.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências relacionadas ao não cumprimento de atividades e rotinas previstas para execução pelos profissionais alocados na execução contratual, no mês = Y.	
Início da vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço pela Contratante.	
Faixa de Ajuste no Pagamento	03 ≤ Y ≤ 06	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	06 < Y ≤ 08	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	Y > 08	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/MP nº 05/2017.	

Indicador	
Nº 03 - Pagamento/recolhimento de obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias	
Item	**Descrição**
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas aos prazos de pagamento/recolhimento de obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias junto aos colaboradores alocados na execução dos serviços.
Meta a Cumprir	Cumprir, junto aos funcionários alocados, nos prazos estabelecidos em legislação, Instrumento Coletivo e/ou Edital, 100% das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias.
Instrumento de Medição	Documentação comprobatória trabalhista, social e previdenciária emitida/enviada, relatos de colaboradores e comunicações enviadas/recebidas.
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Administrativo do Contrato quanto às datas de pagamento/recolhimento das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, comparando-as com os prazos legais.
Periodicidade	Por ocorrência/obrigação.
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de dias de atraso para pagamento/recolhimento de obrigação trabalhista/previdenciária/social, por ocorrência/obrigação = Y.

Início da vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço pela Contratante.	
Faixa de Ajuste no Pagamento	04 ≤ Y ≤ 07	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	07 < Y ≤ 10	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	Y > 10	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/MP nº 05/2017.	

Indicador	
Nº 04 - Prazo de reposição de profissional em caso de ausência	
Item	**Descrição**
Finalidade	Mensurar o atendimento à obrigação da Contratada em repor profissionais que, por determinado motivo, se ausentem dos postos de trabalho, garantindo a cobertura dos mesmos.
Meta a Cumprir	100% de reposição de ausências de profissionais no prazo máximo de 01 (uma) hora, contada do envio da notificação pela Contratante.
Instrumento de Medição	Verificações *in loco* e comunicações enviadas/recebidas.
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Técnico, do tempo decorrido entre o horário previsto para início da jornada do posto e o horário de apresentação do profissional repositor.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências, no mês, relacionadas a atraso na apresentação de funcionários repositores = Y.
Início da vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço pela Contratante.
Faixa de Ajuste no Pagamento	02 ≤ Y ≤ 04 — 2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	04 < Y ≤ 06 — 5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	Y > 06 — 10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/MP nº 05/2017.

Indicador	
Nº 05 - Envio de documentação comprobatória da execução dos serviços	
Item	**Descrição**
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas ao prazo para envio dos documentos comprobatórios da execução dos serviços, incluindo os relativos ao cumprimento de obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias.
Meta a Cumprir	Enviar/entregar, no prazo estabelecido no Termo de Referência, os documentos comprobatórios da execução dos serviços, incluindo os relativos ao cumprimento de obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias.
Instrumento de Medição	Protocolos de envio/recebimento e comunicações enviadas/recebidas.
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelos Fiscais Técnico e Administrativo do Contrato, do tempo decorrido para entrega dos documentos comprobatórios da execução dos serviços, comparando-o com o prazo máximo indicado no Termo de Referência.
Periodicidade	Mensal.

Mecanismo de Cálculo	Quantidade de dias de atraso para entrega da documentação= Y.	
Início da vigência	A partir da emissão da Ordem de Serviço pela Contratante.	
Faixa de Ajuste no Pagamento	02 ≤ Y ≤ 04	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	04 < Y ≤ 06	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	Y > 06	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/MP nº 05/2017.	

ANEXO III

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP: 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - http://www.unilab.edu.br/

TR 32/2025 - ANEXO III: MAPA DE PREÇOS

Lucro e Custos Indiretos					
Item	**Descrição**	**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO UASG: 153031 DATA DA COMPRA: 03/06/2025**	**ART! em LIBRAS Acessibilidade Cultural LTDA - CNPJ nº 31.197.465/0001-08 - DATA DA PROPOSTA: 09/04/2025**	**OPEN SENSES TECNOLOGIA E EDUCACAO LTDA - CNPJ 37.053.092/0001-88 - DATA DA PROPOSTA: 21/04/2025**	**Média (%)**
1	Lucro	8,31%	15,00%	5,00%	9,44%
2	Custos Indiretos	5,00%	7,63%	7,63%	6,75%

Uniformes					
Item	**Descrição**	**Site 01 DATA DA PESQUISA: 10/06/2025**	**Site 02 DATA DA PESQUISA: 10/06/2025**	**Site 03 DATA DA PESQUISA: 10/06/2025**	**Média (R$)**
1	Crachá, c/ Foto, Nome, Cargo/Função, CPF e Emblema da Empresa	80,07	89,90	125,87	98,61

Salário					
Item	**Descrição**	**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO UASG: 153031 DATA DA COMPRA: 03/06/2025**	**ART! em LIBRAS Acessibilidade Cultural LTDA - CNPJ nº 31.197.465/0001-08 - DATA DA PROPOSTA: 09/04/2025**	**OPEN SENSES TECNOLOGIA E EDUCACAO LTDA - CNPJ 37.053.092/0001-88 - DATA DA PROPOSTA: 21/03/2025**	**Média (R$)**
1	**Salário**	3.945,60	2.800,00	3.200,00	3.315,20

ANEXO IV

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP: 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - http://www.unilab.edu.br/

TR 32/2025 - ANEXO IV: PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Quadro-Resumo										
	Tipo de Serviço	CBO nº	Valor Estimado por Profissional (R$)	Quant. Profissionais por Posto	Quant. Estimada de Postos	Quant. Meses Anual	Quant. Total (Nº de Postos x meses de contrato)	Valor Unitário (Valor estimado por posto - R%)	Valor Mensal Estimado (Valor do posto x total de postos - R$)	Valor Anual Estimado (R$)
I	Intérprete de Libras	2614-25	8.268,48	1	8	12	96	8.268,48	66.147,84	793.774,08
Valor Total Estimado (R$)									**66.147,84**	**793.774,08**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP: 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - http://www.unilab.edu.br/

1. Módulos			
1	Tipo de Serviço		Serviço de intérprete de Libras
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		2614-25
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R$ 4.442,11
4	Categoria Profissional		Intérprete de Libras
5	Jornada de Trabalho Semanal		44 (quarenta e quatro) horas
6	Data-Base da Categoria (Dia/Mês/Ano)		1/1/2023
7	Convenção Coletiva		SEACONCE X SEACEC CE000508/2023
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	**Composição da Remuneração**	**Quantidade Estimada**	**Valor (R$)**
A	Salário-Base	1	3.315,20
Total			**3.315,20**
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários e Outras Verbas Não Salariais			
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	**13º Salário, Férias e Adicional de Férias**	**Percentual (%)**	**Valor (R$)**
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	8,33%	276,27
B	Férias	8,33%	276,27
C	Adicional de Férias	2,78%	92,09
Total			644,63
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições			
2.2	**GPS, FGTS e Outras Contribuições**	**Percentual (%)**	**Valor (R$)**
A	INSS	20,00%	791,97
B	Salário Educação	2,50%	99,00
C	SAT	3,00%	118,79
D	SESC/SESI	1,50%	59,40
E	SENAI/SENAC	1,00%	39,60
F	SEBRAE	0,60%	23,76
G	INCRA	0,20%	7,92
H	FGTS	8,00%	316,79
Total		36,80%	1.457,23
Submódulo 2.3 - Benefícios / Verbas Não Salariais			
2.3	**Benefícios / Verbas Não Salariais**	**Quantidade Estimada**	**Valor (R$)**
A	Transporte	44	197,09
B	Auxílio-Refeição	22	
C	Cesta Básica	1	-
D	Vale Lanche	0	0,00
E	Plano de Saúde	1	-
F			
Total			197,09
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios / Verbas Não Salariais			
2	**Encargos e Benefícios / Verbas Não Salariais**		**Valor (R$)**
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		644,63
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		1.457,23
2.3	Benefícios / Verbas Não Salariais		197,09
Total			**2.298,95**
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	**Provisão para Rescisão**	**Percentual (%)**	**Valor (R$)**

A	Aviso Prévio Indenizado	0,417%	16,50
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio	0,033%	1,32
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,847%	73,15
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o APT	0,680%	26,92
E	Multa do FGTS	3,200%	129,58
Total			**247,47**
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	**Custo de Reposição do Profissional Ausente**	**Percentual (%)**	**Valor (R$)**
A	Atestado Médico	0,400%	23,45
B	Substituto na cobertura de Férias	2,778%	162,82
C	Óbito na Família	0,060%	3,52
D	Substituto na cobertura de Licença-	0,050%	2,93
E	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,010%	
E	Substituto na cobertura de Afastamento	0,050%	2,93
Total			**195,65**
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	**Insumos Diversos**		**Valor (R$)**
A	Crachás		8,22
B			
C			
Total			**8,22**
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	**Custos Indiretos, Tributos e Lucro**	**Percentual (%)**	**Valor (R$)**
A	Custos Indiretos	6,75%	-
B	Lucro	9,44%	-
C	Tributos	12,25%	-
C.1	PIS	1,65%	-
C.2	COFINS	7,60%	-
C.3	ISSQN	3,00%	-
Total		36,32%	**2.202,99**
2. Quadro-Resumo do Custo Estimado por Profissional			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		3.315,20
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios / Verbas Não Salariais		2.298,95
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		247,47
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		195,65
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		8,22
Custo Direto Total (R$)			6.065,49
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		2.202,99
Custo Total Estimado por Profissional (R$)			**8.268,48**

Nota[1]: A parcela mensal a título de Aviso Prévio Trabalhado será no percentual máximo de 1,944% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do Contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, conforme disposto na Lei nº 12.506/2011 e no Acórdão TCU nº 1.186/2017;

Nota2: Em se tratando de benefícios legalmente previstos, os valores a serem pagos à Contratada serão condicionados à comprovação de que a empresa, de fato, quitou sua parcela de custeio do benefício a que está obrigada e tão somente referente aos empregados beneficiários;

Nota3: Em se tratando de auxílio-transporte, ou auxílio-refeição, e outros valores a título de benefício, os valores a serem medidos e pagos à Contratada considerão apenas os quantitativos efetivamente devidos/executados no período de aferição/faturamento;

Nota4: Considerou-se, para fins de estimativa do valor da contratação, o regime de tributação pelo Lucro Real, em conformidade com o disposto nas Leis nº 9.430/1996, 9.718/1998 e 12.814/2013;

Nota5: Em eventual prorrogação do Contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão eliminados e/ou reduzidos, em conformidade com o disposto no item 9, Anexo IX, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP: 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - http://www.unilab.edu.br/

Uniformes					
Item	**Descrição da Peça do Uniforme**	**Unidade**	**Quant.**	**Custo Unit.**	**Custo Total**
1	Crachá, c/ foto, nome, cargo/função, CPF e emblema da empresa, c/ presilha e/ou	Unidade	8	98,61	788,88
2					
Custo Anual Estimado c/ Uniformes					788,88
Quantidade Estimada de Profissionais					8
Custo Anual Estimado c/ Uniformes, por Profissional (R$)					98,61
Custo Mensal Estimado c/ Uniformes, por Profissional (R$)					**8,22**

Nota1: Os valores unitários acima incluem todos os custos diretos necessários para fornecimento dos uniformes, incluindo eventuais fretes até os municípios de Redenção e/ou Acarape, bem como entre os locais de execução dos serviços;

Nota2: Comporão as planilhas mensais de medição/faturamento apenas os quantitativos de uniformes efetivamente disponibilizados aos profissionais no período de aferição/faturamento.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-000
Telefone: (85) 3332-6242 - http://www.unilab.edu.br/

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

Declaro que a empresa_____, inscrita no CNPJ/MF/ nº____, inscrição estadual nº_____, estabelecida em_____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Item	Nome do Órgão ou Empresa	Endereço do Órgão ou Empresa*	CNPJ nº	Nº/Ano do Contrato	Vigência do Contrato	Valor Total do Contrato** (R$)
1						
2						
3						
Valor Total dos Contratos (R$)						

Observação:

Nota 1: *Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes;

Nota 2: **Considera-se o valor remanescente do Contrato, excluindo o já executado.

a) Cálculo demonstrativo visando a comprovar que o Patrimônio Líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{Valor\ do\ Patrimônio\ Líquido}{Valor\ Total\ dos\ Contratos} \times 12 > 1$$

Observação:

Nota 1: O resultado deverá ser superior a 01 (um);
Nota 2: Considera-se o valor remanescente do Contrato, excluindo o já executado.

b) Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante da declaração de contratos firmados em relação à receita bruta.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(Valor\ da\ Receita\ Bruta - Valor\ Total\ dos\ Contratos)}{Valor\ da\ Receita\ Bruta} \times 100 = 1$$

OBS: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (dez porcento positivo ou negativo), o licitante deverá apresentar, concomitantemente, as devidas justificativas.

JUSTIFICATIVA PARA VARIAÇÃO PERCENTUAL MAIOR QUE 10% (DEZ POR CENTO)

_____
_____
_____
_____
_____